



AGENDA LEGISLATIVA

18 A 22 DE MARÇO DE 2024

CONGRESSO NACIONAL

Sem itens de interesse na pauta.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Terça-feira (19/3)

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA / Anexo II, Plenário 01, 14h30

PL 4987/2019 - Denomina a cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, Capital Nacional das Startups. Item nº 24.

Autor: Carlos Chiodini (MDB/SC)

Relator: Cobalchini (MDB/SC)

Parecer: Parecer de Comissão ao Projeto de Lei nº 4.987/2019.

PL 1006/2022 - Institui a Lei Geral das Atividades Espaciais e altera a Lei nº 8.854, de 10 de fevereiro de 1994. Item nº 52.

Explicação: a Lei dispõe sobre as atividades especiais vinculadas à defesa e à segurança nacionais e o uso de bandas de frequência e posição orbitais geoestacionárias.

Autor: Pedro Lucas Fernandes (UNIÃO/MA)

Relator: Flávio Nogueira (PT/PI)

Parecer: Parecer adotado pela CCJC ao PL 1006/2022.

CICS - COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS / Anexo II, Plenário 05, 15h00

Reunião de Eleição - Finalidade: Reunião de eleição para 2º e 3º vice-presidentes

CASP - COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO / Anexo II, Plenário 08, 15h30

Reunião de Eleição - Finalidade: Reunião de eleição para o cargo de 1º vice-presidente.

PL 3946/2012 - Altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 para permitir aquisição de produto ou processo inovador gerados por meio de políticas de fomento à pesquisa e desenvolvimento e inovação tecnológica. Item nº 8.

Autor: Jandira Feghali (PCdoB/RJ)

Relator: Alice Portugal (PCdoB/BA)

Parecer: Parecer da Relatora, Dep. Alice Portugal (PCdoB-BA), pela rejeição deste, e do PL 8252/2014, apensado.

Quarta-feira (20/3)

CSAUDE - COMISSÃO DE SAÚDE / Anexo II, Plenário 07, 09h00

REQ 8/2024 - Requer a realização de audiência pública para debater o PL 5.875, de 2013, que “acrescenta art. 47-A à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para determinar a criação do cartão de identificação do usuário do Sistema Único de Saúde (SUS)”, e apensados Item nº 8.

Convidados:

- Clarissa França – Coletivo Jurídico Aqualtune Lab;
- Deivison Faustino – Universidade Federal de São Paulo (Unifesp);
- Marina Magalhães – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC);
- Marcelo Fornazin – Universidade Federal Fluminense (UFF);
- Pedro Henrique Nardelli – Lahti University of Technology; e
- Raquel Rachid – Laboratório de Políticas Públicas e Internet (LAPIN).

Autor: Jorge Solla (PT/BA)

REQ 10/2024 - Requer a realização de audiência pública para debater o parecer da relatora no PL 5.875, de 2013, que acrescenta art. 47-A à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para determinar a criação do cartão de identificação do usuário do Sistema Único de Saúde (SUS), e apensados. Item nº 10.

Convidados:

- Ana Estela Haddad – Secretária de Informação e Saúde Digital – Ministério da Saúde;
- Prof. Dr. Chao Lung Wen – Presidente da Associação Brasileira de Telessaúde e Telemedicina;
- Felipe Ferré – Assessor Técnico – Conass;
- Michael Luiz – Assessor Técnico – Conasems;
- Marcelo Fornazin – Pesquisador da área filiado à Universidade Federal Fluminense.

Autor: Adriana Ventura (NOVO/SP)

REQ 13/2024 - Requer a realização de audiência pública para debater o parecer da relatora PL 5.875, de 2013, que acrescenta o art. 47-A à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para determinar a criação do cartão de identificação do usuário do Sistema Único de Saúde (SUS), e apensados. Item nº 13.

Convidados:

- Federação Nacional de Saúde Suplementar;
- Afya iClinic;
- Daniel Shiraishi - Fundador da Plataforma FIN-X;
- Dulcineide Oliveira - Representante da MV Soluções;
- Raquel Rachid – Laboratório de Políticas Públicas e Internet.

Autor: Adriana Ventura (NOVO/SP)

REQ 22/2024 - Requer a realização de audiência pública da Comissão de Saúde para debater as implicações da Lei 14.338/2022 e a Consulta Pública da ANISA sobre a adoção da bula digital. Item nº 21.

Convidados:

- Antônio Barra Torres, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;
- Fernando Zasso Pigatto, Presidente do Conselho Nacional de Saúde;
- Walter Jorge João, presidente do Conselho Nacional de Farmácia;
- Fábio José Basílio, Presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos;
- Ethel Leonor Noia Maciel, Secretária de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde;
- Julião Flaves Gaúna, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias Gráficas – ABIGRAF.

Autor: Alice Portugal (PCdoB/BA)

CTRAB - COMISSÃO DE TRABALHO / Anexo II, Plenário 12, 10h00

PL 3423/2023 - Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para dispor sobre a contribuição voluntária das empresas que façam uso de inteligência artificial para o Fundo de Amparo ao Trabalhador e a concessão do selo “Empresa Amiga do Emprego”. Item nº 11.

Explicação: s critérios para concessão, renovação, exclusão e forma de utilização e divulgação do selo deverão considerar, entre outros aspectos, o valor da contribuição, o faturamento anual da empresa, o número de demissões e os mecanismos de fiscalização e controle das contribuições voluntárias A contribuição será utilizada exclusivamente para custear programas de qualificação profissional para os trabalhadores substituídos pela inteligência artificial.

Autor: Caio Vianna (PSD/RJ)

Relator: Luiz Gastão (PSD/CE)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Luiz Gastão (PSD-CE), pela aprovação.

CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO / Anexo II, Plenário 04, 10h00

REQ 11/2024 - Requer a realização de audiência pública, na Comissão de Finanças e Tributação, para convidar o Excelentíssimo Senhor Secretário Extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy. Item nº 4.

Autor: Pauderney Avelino (DEM/AM)

CCTI - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO / Anexo II, Plenário 13, 10h00

REQ 1/2024 - Requer a realização de Audiência Pública com a Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Senhora Luciana Santos, para apresentar o plano de ações e as políticas de governo neste setor. Item nº 1.

Autor: Nely Aquino (PODE/MG)

PL 760/2019 - Dá nova redação aos dispositivos da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990 que dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, e dá outras providências. Item nº 4.

Autor: Bacelar (PV/BA)

Relator: Luisa Canziani (PSD/PR)

Parecer: Parecer da Relatora, Dep. Luisa Canziani (PSD-PR), pela aprovação deste, do Substitutivo adotado pela Comissão de Saúde, com substitutivo.

CMULHER - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER / Anexo II, Plenário nº 14, às 13h30

Reunião de Instalação e Eleição – **Finalidade:** Instalação da comissão e eleição de presidente e vice-presidentes.

CPASF - COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA / Anexo II, Plenário 07, 14h00

PL 8963/2017 - Acrescenta §§ 7º e 8º ao art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a restituição, a empresa cedente de mão de obra, de saldo remanescente de contribuição social. Item nº 8.

Autor: Fernando Collor

Relator: Laura Carneiro (PSD/RJ)

Parecer: Parecer da Relatora, Dep. Laura Carneiro (PSD-RJ), pela aprovação do PL 8963/2017 e do Substitutivo adotado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico Indústria, Comércio e Serviços, com substitutivo.

PL 3501/2020 - Institui o Auxílio Internet. Item nº 11.

Autor: Felipe Carreras (PSB/PE)

Relator: Flávia Moraes (PDT/GO)

Parecer: Parecer da Relatora, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO), pela aprovação deste, do PL 4136/2020, do PL 4360/2020, do PL 4449/2020, do PL 4460/2020, do PL 2774/2021, do PL 3251/2021, do PL 655/2023, do PL 943/2021, do PL 1021/2022, do PL 3376/2021, do PL 1367/2023, do PL 3623/2023, do PL 2479/2023, e do PL 2734/2023, apensados, com substitutivo.

PL 4776/2023 - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre o compartilhamento e publicação de imagem e informações pessoais de crianças e adolescentes por seus pais e responsáveis, em plataformas online e redes sociais, e dá outras providências. Item nº 14.

Autor: Lídice da Mata (PSB/BA)

Relator: Laura Carneiro (PSD/RJ)

Parecer: Parecer do Relator ao PL nº 4776/2023

CDC - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR / Anexo II, Plenário 08, 14h00

PL 4919/2023 - Acrescenta art. 49-A, à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), com o objetivo de vedar a realização de cobrança automática após o período de teste ou de experimentação de produto ou serviço. Item nº 31.

Explicação Geral: veda a cobrança automática ao fim de período de teste ou de experimentação de produto ou serviço. A manutenção do contrato ficará condicionada à autorização expressa do consumidor; o silêncio deverá ser interpretado como recusa.

Autor: Romero Rodrigues (PODE/PB)

Relator: José Nelto (PP/GO)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. José Nelto (PP-GO), pela aprovação.

SUBRETRI/CFT - SUBCOMISSÃO ESPECIAL DA REFORMA TRIBUTÁRIA / Sala da Presidência da Comissão - Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 136

Reunião de Instalação e Eleição - Tema: Reunião de instalação e eleição.

Quinta-feira (21/3)

OUTROS EVENTOS / Anexo II, Plenário 04, às 9h

Reunião Técnica – Finalidade: Seminários dos GTs paralelos da regulamentação da Reforma Tributária.
GT 13 - Cesta Básica e Devolução do IBS e da CBS a Pessoas Físicas

OUTROS EVENTOS / Anexo II, Plenário 04, às 14h

Reunião Técnica – Finalidade: Seminários dos GTs paralelos da regulamentação da Reforma Tributária.
GT 14 - Modelo Operacional da Administração do IBS e da CBS

Sexta-feira (22/3)

OUTROS EVENTOS / Anexo II, Plenário 04, às 9h

Reunião Técnica – Finalidade: Seminários dos GTs paralelos da regulamentação da Reforma Tributária.
GT 15 - Coordenação da Regulamentação e da Interpretação da Legislação

SENADO FEDERAL

PLEN – PLENÁRIO / Plenário do Senado Federal

Quarta-feira (20/3), 14h00

REQ 20/2024 - Solicita, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLP 252/2023. Item nº 4.

Explicação: o PL em questão trata sobre novo modelo de investimento em startups.

Autor: Margareth Buseti (PSD/MT)

Relator: Pendente

Quinta-feira (21/3), 11h

PDL 929/2021 - Aprova o texto do Acordo de Reconhecimento Mútuo de Certificados de Assinatura Digital do Mercosul, assinado na cidade de Bento Gonçalves, em 5 de dezembro de 2019. Item nº 3.

Autor: Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Relator: Pendente

Parecer: Pendente

Terça-feira (19/03)

CI - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, 09h00

PRS 13/2022 - Estabelece a alíquota máxima para cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) incidente nas operações internas com energia elétrica ou prestação de serviços de comunicação. Item nº 2.

Explicação: determina que para a unidade federada que adotar a técnica da seletividade em relação ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), a alíquota máxima incidente sobre as operações internas com energia elétrica ou prestação de serviços de comunicação será igual à aplicável às operações em geral.

Autor: Zequinha Marinho (PODE/PA)

Relator: Cid Gomes (PDT/CE)

Parecer: Pela declaração de prejudicialidade

CAE - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, 09h00

Audiência Pública - Tema: Instruir o PL 2838/2020, que “altera a Lei nº 11.196, de 21 de Novembro de 2005 – Lei do Bem”.

Convidados:

- Marcela Flores - Presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras- ANPEI;
- Gianna Sagazio - CEO da SOSA Brazil; e
- Representante do Ministério da Fazenda.

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, 10h00

PL 1372/2021 - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre medidas para assegurar a igualdade salarial entre os sexos e sobre a proteção à testemunha no processo judiciário do trabalho, e institui o Dia Nacional da Igualdade Salarial. Item nº 1.

Explicação: determina a adoção de regras e critérios igualitários entre homens e mulheres para determinação dos níveis salariais no âmbito das empresas, cria medidas de transparência em relação à distribuição salarial por sexo, proíbe a demissão ou a adoção de medida em prejuízo da proteção jurídica de trabalhador que tenha faltado ao serviço para depor como testemunha em processo trabalhista, e institui o Dia Nacional da Igualdade Salarial.

Autor: Paulo Paim (PT/RS)

Relator: Teresa Leitão (PT/PE)

Parecer: Pela aprovação nos termos do substitutivo

PL 953/2022 - Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para estabelecer que a oferta de profissionais de apoio escolar alcançará todos os níveis e modalidades da educação básica, da educação profissional e tecnológica e da educação superior, em instituições de ensino públicas e privadas, considerará as necessidades e potencialidades do estudante e promoverá a autonomia e a independência. Item nº 2.

Autor: Rogerio Carvalho Santos (PT/SE)

Relator: Paulo Paim (PT/RS)

Parecer: Pela aprovação

REQ 17/2024 - Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens para a realização de trabalho de igual valor ou no exercício da mesma função. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério do Trabalho e Emprego; representante do Ministério das Mulheres; representante da Confederação Nacional da Indústria. Item nº 9.

Convidados:

- Ministério do Trabalho e Emprego;
- Ministério das Mulheres;
- Confederação Nacional da Indústria.

Autor: Carlos Viana (PODE/MG)

Quarta-feira (13/03)

CMA - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, 09h00

PL 4363/2021 - Institui o Selo Nacional ASG, conferido as empresas que investem em ações e projetos de motivação ambiental, social e de governança. Item nº 4.

Explicação: institui a adoção dos critérios ASG (Ambiental, Social e Governamental) na identificação de empresas que assumem compromissos na área socioambiental e de governança, fornecendo prioridade no acesso a recursos e melhores condições de financiamento com juros reduzido em instituições financeiras públicas e privadas; prioridade para desempate em licitações públicas; tramitação prioritária em procedimentos administrativos necessários para o exercício legal da atividade; e, permissão para utilizar o Selo ASG em seus produtos, rótulos, embalagens e propagandas.

Autor: Mecias de Jesus (REP/RR)

Relator: Otto Alencar (PSD/BA)

Parecer: Pela aprovação do Projeto de Lei 4363, de 2021, com as 6 emendas que apresenta.

CAS - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, 09h00

PL 10/2022 - Modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para regulamentar o regime híbrido de trabalho. Item nº 6.

Explicação: estabelece regras para o regime híbrido de trabalho, tais como: prestação de serviços em regime híbrido constará expressamente do contrato individual de trabalho, que especificará as atividades que serão realizadas pelo empregado, e poderá ser estipulada em período semanal ou mensal.

Autor: Chico Rodrigues (PSB/RR)

Relator: Paulo Paim (PT/RS)

Parecer: Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto.

CCDD - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, 09h30

REQ 3/2024 - Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Permanente, composta de 8 (oito) membros titulares e igual número de suplentes, com o objetivo de debater, no âmbito da Comissão de Comunicação e Direito Digital, a temática relacionada à desigualdade e à exclusão digital no Brasil, a fim de compreender as razões para a persistência desse problema social, acompanhar as medidas em andamento para combatê-lo em seus diferentes aspectos e elaborar proposições legislativas, quando pertinentes, para o enfrentamento dessas questões. Item nº 12.

Autor: Veneziano (MDB/PB)

REQ 11/2024 - Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2628/2022, que “dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais” Item nº 13.

Convidados:

- Abragames;
- ABA - Associação Brasileira de Anunciantes;
- Conselho Digital do Brasil;
- Rafael Leite, New South Institute NSI;
- Rodrigo Nejm, Especialista;
- Labsul - Laboratorio de Direitos Humanos;
- InternetLab.

Autor: Izalci (PSDB/DF)

REQ 13/2024 - Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2024 - CCDD, com o objetivo de instruir o PL 2628/2022, que “dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais” seja incluído o seguinte convidado: o Senhor Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior, Diretor-Presidente da ANPD - Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Item nº 15.

Autor: Izalci (PSDB/DF)

REQ 36/2024 - Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2024 - CCDD, com o objetivo de instruir o PL 2628/2022, seja incluído o convidado: Fábio Meirelles, Diretor de Direitos na Rede e Educação Midiática da Secretaria de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM/PR). Item nº 17.

Autor: Beto Faro (PT/PA)

REQ 37/2024 - Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2024 - CCDD, com o objetivo de instruir o PL 2628/2022, que “dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais” seja incluído o convidado: Rodrigo Paiva, Presidente do Conselho da Associação Brasileira de Licenciamento de Marcas e Personagens - ABRAL . Item nº 18.

Autor: Davi (UNIÃO/AP)

CDD - COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, 14h00

PL 745/2022 - Altera a Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019, que institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, cria o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre o uso de aplicações de reconhecimento facial. Item nº 2.

Explicação: determina o desenvolvimento e a utilização de aplicações de reconhecimento fácil para agilizar o processo de identificação e localização de pessoas desaparecidas.

Autor: Jorge Kajuru (PSB/GO)

Relator: Magno Malta (PL/ES)

Parecer: Pela aprovação

CTIADMTR - COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA PARA EXAMINAR OS ANTEPROJETOS APRESENTADOS NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE JURISTAS / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, 14h30

Audiência Pública - Tema: Debater temas relativos aos projetos de lei a serem apreciados pela comissão.

Convidados:

- Iolanda Guindani, presidente do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional – Sinprofaz;
- Jonathan Barros Vita, mestre e doutor em Direito pela PUC/SP;
- Zabetta Macarini, diretora Executiva do Grupo de Estudos Tributários Aplicados
- Mauro Silva, presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal - Unafisco Nacional
- Ana Carolina Ali Garcia, procuradora-geral do Estado do Mato Grosso do Sul;
- Gilberto Pereira, vice-Presidente Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP.